

A GIRA DAS MULHERES EM MARCHA: UMA ABORDAGEM PSICOSSOCIOLÓGICA DAS PRÁTICAS COMUNITÁRIAS NA LUTA PELA VIDA

A GIRA OF WOMEN IN MARCH: A PSYCHOSOCIOLOGICAL APPROACH TO COMMUNITY PRACTICES IN THE STRUGGLE FOR LIFE

RESUMO

O trabalho trata das estratégias e práticas coletivas das mulheres participantes da Marcha das Margaridas e da Marcha das Mulheres Indígenas, realizadas em Brasília-DF, compreendendo-as enquanto um fenômeno psicossociológico e ecologicamente social das práticas comunitárias. Com o objetivo de identificar a potência do encontro das marchas e compreendê-las enquanto fazeres e estratégias psicossociais, empregamos a análise de documentos produzidos no âmbito das mobilizações, associada à observação participante nos eventos de organização das marchas e realização e participação nas rodas de conversa, levando os dados documentais para reverberação nos campos de ação das mulheres. O estudo ancora-se em referenciais feministas, filosofias afro-brasileiras e indígenas e da psicologia comunitária latino-americana, enfatizando as práxis dos movimentos sociais, os saberes situados e a construção coletiva de conhecimento. Nesse percurso, identificou-se como conceito central a categoria gira, que reúne as estratégias e dimensões coletivas das mulheres em movimento. A gira representa os espaços de circularidade, cura e confluência, onde os conflitos vivenciados pelas mulheres e suas comunidades são partilhados, suas formas de mobilização são fortalecidas e são criadas novas articulações para enfrentar injustiças socioambientais. O estudo identifica seis unidades de conteúdo que fundamentam a gira: políticas públicas e direitos; poder e participação; confluência; educação e conhecimento; corpos-territórios; e representatividade. Essas dimensões evidenciam como as marchas produzem agendas políticas próprias, sustentadas pela diversidade de sujeitos e pela construção coletiva de conhecimento, articulando experiências locais a pautas nacionais. Concluímos e iniciamos na gira, enquanto categoria epistemológica, ontológica e política, expressa a potência de um saber sujeito-mulher em movimento, que desafia a linearidade e convoca a circularidade do tempo, do corpo e da política. As marchas revelam-se não apenas como eventos de denúncia, mas como espaços pedagógicos, poéticos-políticos e comunitários que criam metodologias próprias das mulheres.

Palavras-chave: Psicossociologia Comunitária. Ecologia Social. Marcha das Margaridas. Marcha das Mulheres Indígenas.

Bárbara Cristina Pelacani da Cruz

Doutora em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social no programa EICOS da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: barbara.pelacani@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9349-0632>

Ricardo Lopes Correia

Docente do Programa de Pós-graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (EICOS) e do Instituto de Psicologia e docente do Departamento de Terapia Ocupacional da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: ricardo@medicina.ufrj.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3108-2224>

ABSTRACT

This work addresses the strategies and collective practices of women participating in the Marcha das Margaridas (March of the Daisies) and the Marcha das Mulheres Indígenas (March of Indigenous Women), held in Brasília-DF, understanding them as a psychosociological and ecological social phenomenon of community practices. Aiming to identify the strength of the encounter between the marches and to understand them as psychosocial practices and strategies, we employed the analysis of documents produced within the mobilizations, associated with participant observation in organizational events and participation in conversation circles, bringing the documentary data for reverberation in the women's fields of action. The study is grounded in feminist frameworks, Afro-Brazilian and Indigenous philosophies, and Latin American community psychology, emphasizing the praxis of social movements, situated knowledge, and the collective construction of knowledge. Along this path, the central concept identified was the category *gira*, which encompasses the strategies and collective dimensions of women in movement. The *gira* represents spaces of circularity, healing and confluence, where the conflicts experienced by women and their communities are shared, their forms of mobilization are strengthened, and new articulations are created to confront socio-environmental injustices. The study identifies six content units that underpin the *gira*: public policies and rights; power and participation; confluence; education and knowledge; body-territories; and representativity. These dimensions show how the marches produce their own political agendas, sustained by the diversity of subjects and the collective construction of knowledge, articulating local experiences with national agendas. We conclude that the *gira*, as an epistemological, ontological, and political category, expresses the power of a woman-subject knowledge in movement, which challenges linearity and calls for the circularity of time, body, and politics. The marches thus emerge not only as events of protest and denunciation, but also as pedagogical, poetic-political, and community spaces that create women's own methodologies.

Keywords: Community Psychosociology. Social Ecology. March of Margaridas. March of Indigenous Women.

Introdução

Marchar por entre as lutas com as Margaridas - mulheres do campo, da floresta e das águas - e com as mulheres indígenas, reconhecendo as demandas políticas, sociais, culturais e ambientais, nos levou pela busca de identificar as forças de destruição enfrentadas e aprender com as mulheres¹ sobre novos modos de resistir e viver. No foco da pesquisa estão as marchas de mulheres, movimentos históricos que se encontram na confluência gerada em 2019 da Marcha das Mulheres Indígenas (MMI) com a Marcha

¹ Tendo em vista a diversidade de sujeitos que engloba o universo que tratamos pela palavra "mulheres", explicitamos aqui que usamos a palavra no plural por reconhecer que as mulheres são atravessadas por diversos marcadores e formas de opressão, nosso debate se dá no entorno dos marcadores de gênero, classe, raça e etnia, mas reconhecemos a existência de opressões por homofobia, capacitismo, etarismo e tantas outras que se sobrepõem e ampliam os desafios de existir.

das Margaridas (MM). Através deste percurso investigativo buscamos compreender as estratégias contemporâneas dos movimentos das mulheres e o conhecimento que emerge das suas lutas, como contribuições para a práxis psicossocial. Reconhecemos a marcha enquanto um fenômeno psicossocial ecologicamente produzido (Pelacani, 2023), e vamos descrever seus fazeres coletivos ensinados e aprendidos cotidianamente, dentro e fora dos campos de marcha.

Svampa (2015) destaca o papel das mulheres nas lutas socioambientais populares e sua importância na auto organização comunitária, demarcando o protagonismo feminino e a representação de suas lideranças. Ao tratar das mobilizações comunitárias com enfoque de gênero, Gohn (2007) afirma que os movimentos sociais de mulheres têm a capacidade de reinventar e reorientar o Estado e as políticas públicas, exigindo a superação da submissão do Estado aos interesses econômicos contrários aos interesses sociais do povo. Os movimentos sociais enfrentam os efeitos das políticas neoliberais do Estado, que atuam fragmentando e debilitando os sujeitos.

Ao questionarem as estruturas do poder, do saber e da identidade, autoras feministas ampliam o campo da análise e contribuem para a construção interseccional do trabalho. Collins (2000) e Simpson (2017), nos trazem a importância dos saberes situados e das epistemologias coletivas como formas de resistência à hegemonia epistêmica ocidental, sendo que conhecimentos historicamente produzidos por mulheres negras, indígenas e periféricas, são muitas vezes marginalizados dentro dos próprios movimentos feministas. Federici (2019) e Davis (2016) contribuem ao chamar a atenção para formas de resistência que ultrapassam a institucionalidade e se ancoram no cotidiano, no trabalho reprodutivo, nos saberes da terra e na solidariedade entre mulheres. Davis (2016), que traz o debate de gênero, classe e raça, que dá base para os presentes trabalho, pontuando tais marcadores interseccionais, que vão responder a distintas escalas de poder.

Tais referenciais nos sustentam na reflexão crítica sobre as potências e os limites dos movimentos de mulheres, convocando ao aprofundamento do compromisso com as diferenças e com os conflitos. Eles ecoam perguntas que insistem: por que alguns territórios são passíveis de apropriação e exploração? Por que determinados corpos são matáveis, podendo ser assassinados sem que haja culpados? Por que sempre os mesmos grupos sociais são exterminados? Por que a violência do Estado e a voracidade do mercado têm como alvo as populações periféricas, pobres, pretas, mulheres, povos indígenas e outras comunidades tradicionais?

Nesta pesquisa, mais do que definir o que separa as mulheres, seguimos entre denúncias e esperanças, buscando compreender como e se é possível gerar encontros entre conhecimentos e práticas sem que a diversidade seja invisibilizada. É nesse entremeio que procuramos pontos de força para os movimentos que enfrentam as estratégias de dominação de origem colonial, que se reinventam a cada novo megaempreendimento extrativista, como a exploração de petróleo na Foz do Amazonas, e a cada nova chacina, como a operação do governo do estado do Rio de Janeiro que estendeu no chão das favelas 121 corpos negros em uma madrugada. Relações de poder

que nos fazem lembrar o sentido político da vida e da luta que orientam o presente artigo.

O ponto de início e o resultado deste trabalho é a análise das estratégias que emergem da confluência da MM com a MMI, representando as práticas coletivas das mulheres pela categoria circular que denominamos: gira. A gira é o movimento de resistência das mulheres e a força das estratégias de luta reunidas. Apresentamos a gira, enquanto um saber sujeito-mulher que pode ser experienciado nas marchas. Na gira reconhecemos a necessidade de mirar as estratégias coletivas de forma visceral, poética e política.

As marchas são fazeres que se articulam na busca por posicionamentos e tensionamentos a fim de garantir a existência dos corpos-territórios, nelas está presente a formação de lideranças em processos que carregam as que vieram antes, atravessados pela ancestralidade, com práticas para transpor os muros patriarcais. A gira, abarcando os fazeres das marchas, carrega em si essa circularidade do tempo-espço, do passado com alegrias e demandas do tempo presente, ousadias e rebeldias de mulheres indígenas e Margaridas que fazem girar a roda, para transformar a sociedade.

Embora a gira seja apresentada como categoria resultante deste trabalho, ela aparece logo na abertura do texto, não por acaso, mas como gesto intencional de girar os sentidos. Ao invés de encerrá-la como conclusão, escolhemos trazê-la ao início, em um movimento que brinca com a lógica linear do saber. Afirmando o pensamento circular como forma de caminhar junto, rodar junto, como trata o líder quilombola Nego Bispo (Santos, 2015), que ao abordar a circularidade do tempo através de uma afroperspectiva, afirma a dinâmica do começo-meio-começo, onde o presente atua como locutor do futuro e como interlocutor do passado.

A gira, é categoria nomeada com inspiração nos saberes populares e nas práticas religiosas brasileiras de matrizes africanas. Haddock-Lobo (2020) demarca a origem da gira, aterrada na filosofia afro-brasileira, um adjetivo de nosso território que se materializa nos corpos, que encarnam a brasilidade das ruas e dos terreiros, com suas músicas, danças, cores, espíritos, cheiros e sabores. O conhecimento linear não dá conta de compreender como se entrelaçam esses saberes da gira. Até porque, segundo o autor, é imperativo jamais compreender, já que esta é uma atividade mental, e a gira, por sua vez, é um conhecimento que precisa ser sentido pelo corpo como um todo. Na experiência dos sentidos que não podem ser apreendidos, estão os conhecimentos que circulam nas vivências nos percursos da MM e da MMI.

Na gira saberes são cantados, partilhados passo a passo, atravessam os corpos presentes, força e poder de comunicação são degustados, só assim podem baixar enquanto conhecimento, parte da relação plural entre as mulheres. “A gira, o feminino do giro, sua feição mulher que, não apenas gira como o giro no sentido de mudar, desviar, promover deslocamentos, mas que também gira como a festa, a roda, o encontro que abre os caminhos e que é marcado pelo termo quimbundo njira” (Haddock-Lobo, 2020. s/n). Tal significado de gira como caminho que leva ao contato com as divindades - njira ou njila - vem mesclado com ajuntamento-festa-reunião, é uma abertura de caminhos para a dança dos corpos encantados (Rufino, 2019; Simas, 2019). A gira é

uma referência às Pombagiras, um signo de luta feminina em episódios cotidianos de força que desafiam o padrão normativo, e que tomam as ruas. A pombagira encarna fé, compaixão e acolhimento, com um girar marcante e perfumado, que busca a cura pela beleza e liberdade, um movimento sensual de enfrentamento ao olhar patriarcal que demoniza as mulheres, para dominar seus corpos e territórios. A pombagira é resultado do cruzo da força vital do poder das ruas com a trajetória de encantadas mulheres que viveram a rua de formas diversas (Simas, 2021).

Simas e Rufino (2020) propõem a gira poética e política como uma forma de praticar saberes sob outros modos de existência. Um movimento que dialoga com os encantados, com a ancestralidade, reconhecendo sua experiência de “atravessar o tempo e se transmutar em diferentes expressões da natureza.” (Simas; Rufino, 2020. p.7). A gira é a confluência de tempo, presenças e saberes diversos, que se movimentam em prol do cuidado dos seus e do vencimento de demandas, se conectando diretamente com o resultado das análises das estratégias desenvolvidas nos movimentos contemporâneos de mulheres. Rufino (2021) afirma a gira enquanto uma prática de integração pela cura, uma batalha pela dignidade de existir, o que nos remete à fala de Célia Xakriabá descrevendo a confluência da MMI com a MM como experiência de cura da realidade (ISA, 2019). Essa ideia da libertação e cura no movimento circular aparece como a materialização da ideia da gira decolonial, que busca “descolonizar e vencer o carrego colonial” (Rufino, 2021. p.54).

Segundo Simas (2021), o Brasil foi um país que articulou estratégias de controle dos corpos, fundadas nas práticas escravistas coloniais, que se entranham na sociedade a partir do trabalho violento, pelo corpo doutrinado e confinamento que se inaugura nos navios negreiros e senzalas e se atualiza nas cadeias e quartos de empregada. O fim da escravidão exigiu redefinições nas estratégias de controle dos corpos, mas estar na rua, em movimento, segue sendo uma estratégia de resistência, em especial quando falamos de mulheres, que têm suas vidas culturalmente limitadas ao âmbito privado do cuidado da casa e da família. A rua rompe com a imagem da mulher submissa do lar.

O encontro entre mulheres fortalece a perspectiva da libertação pelo movimento dos corpos, para que suas existências sejam materializadas e seus modos de vida visibilizados, com conhecimento que tem o pé no chão como enfrentamento ao processo colonizador reinventado, marcado pela interseccionalidade. Simas (2021) aponta a gira como um movimento que desmantela velamentos ao representar a raça, mirando esta não como uma perspectiva biológica, mas enquanto categoria política-social-cultural construída historicamente. A desconstrução da colonialidade a partir da gira é a emergência de uma “inversão carnalizada e antropofágica” (Junior, 2022. p. 181) que nutre a resistência em movimentos de luta e defesa, com inspiração no antigo ditado iorubá que diz “Exu matou um pássaro ontem com uma pedra que só jogou hoje”. Uma forma de compreender a resistência circular, onde a luta existe há muito tempo e até muito depois.

A gira é uma categoria viva neste trabalho, que põe a frente o encantamento das comunidades e a mobilidade dos corpos e mentes. Uma categoria talhada como um exercício de cura, que incomoda as estruturas das elites racistas patriarcais, desafiando

o enclausuramento do sentirpensar na lógica linear. A gira corre. Ela mobiliza, reúne e transforma, ela convoca. A gira carrega em si a denúncia da dominação e as estratégias coletivas das marchas, enquanto estruturas que contornam a produção do movimento.

Margaridas e Indígenas: Uma apresentação das marchas

Esta pesquisa, de métodos mistos, se insere no contexto das seguintes marchas: 6ª Marcha das Margaridas e 1ª Marcha das Mulheres Indígenas, ambas realizadas em agosto de 2019. A MM é uma ação estratégica das mulheres iniciada no ano 2000 e realizada a cada quatro anos. Coordenada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), conta com a participação de diversos movimentos sociais e sindicatos, é o maior movimento de mulheres da América Latina e logra reunir uma força política que atua na luta contra o machismo, o patriarcado e outras formas de violência contra as mulheres (Moreira, 2023). Uma mobilização que carrega o nome de uma mulher, trabalhadora rural e líder sindical de Alagoa Grande - Paraíba, assassinada em 1983 a mando de latifundiários por lutar pelos direitos básicos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais dos canaviais: Margarida Maria Alves. Sua frase célebre inspira esse trabalho e ecoa nas vozes das mulheres “é melhor morrer na luta do que morrer de fome” (CONTAG, 2019. s/n). A 6ª MM reuniu 100 mil mulheres, com o lema: “Margaridas na Luta por um Brasil com Soberania Popular, Democracia, Justiça e Livre de Violência” (CONTAG, 2019).

Para Vilênia Aguiar (2015), a marcha é um ritual político que apresenta um projeto de transformação social. O que por si só já carrega a intenção de ser transformador, se materializa desta forma para a autora por permitir a vivência de experiências coletivas que trazem modificações nas percepções subjetivas, além da busca por mudanças estruturais. Assim, a marcha se alinha aos estudos psicossociais por ser uma abertura para buscar identificar questões individuais e sociais nos movimentos de mulheres. A autora afirma que as Margaridas em marcha são sujeitos políticos que problematizam as estruturas sociais, o que é um aporte relevante para compreensão da gira dos movimentos de mulheres no Brasil.

A MMI é parte de um movimento germinado ao longo de séculos pelas mulheres indígenas, e é fruto da luta por espaço e reconhecimento das mulheres dentro do movimento indígena e diante da sociedade brasileira (CIMI, 2019). A realização da marcha foi deliberada na primeira plenária nacional das mulheres no 15º Acampamento Terra Livre, em Brasília, em abril de 2019, quatro meses antes da marcha, sendo uma decisão coletiva muito celebrada (Sousa, 2024). Assim, a 1ª MMI foi uma mobilização histórica, realizada entre os dias 9 e 14 de agosto de 2019, que reuniu cerca de 2.500 mulheres de 130 povos distintos, lideranças que vieram de todas as regiões do Brasil, bem como da Colômbia, Peru, Equador, México e Honduras (Amazônia Real, 2019). O lema desta primeira marcha foi “Território: nosso corpo, nosso espírito”, delineando a importância da demarcação das terras indígenas. O chamado entoado por diversos

povos “Enquanto ferir a nossa existência, seremos resistência”, desenha a justificativa da realização da marcha. A MMI se organizou para que uma de suas ações fosse a presença na 6ª MM, confluindo as lutas para visibilizar sua existência.

Os processos de construção, formação e mobilização das marchas começam em diversos territórios, em todo o Brasil, muito antes do início dos atos em Brasília. As ações com as comunidades se organizam através dos movimentos sociais, dos sindicatos, das aldeias, das associações e outras formas institucionais. MM e MMI contam com programação diversificada que inclui atividades políticas, pedagógicas e culturais, ações bem demarcadas para formar e fortalecer as mulheres. As palavras de força de ambas as marchas, representadas pelos lemas e chamados, assim como suas pautas e estratégias, estavam alinhadas aos posicionamentos das mulheres diante do governo no extrema direita de Jair Bolsonaro que entrou em atuação no ano de 2019 (Pelacani; Correia, 2021). Um contexto histórico marcado por grandes números de ações de protesto e reivindicações, devido aos inúmeros conflitos gerados pelo Estado brasileiro (CPT, 2019).

Conduzimos a pesquisa² compreendendo as marchas de mulheres como fenômenos psicossociológicos, a fim de identificar ações e estratégias que articulam práticas socioambientais e comunitárias, na luta pela vida e por seus sonhos coletivos.

A Psicossociologia com Comunidades e Ecologia Social: um campo para engajar os conhecimentos e inventar as estratégias com mulheres em marcha

Compreendemos que a marcha é um fenômeno psicossociológico comunitário e ecologicamente social produzido, e que, por sua vez, nos permite identificar e apreender estratégias tácitas, enquanto um conjunto de ações coletivas, engendradas por intencionalidades comuns, com ocupações cotidianas ensinadas e aprendidas de forma cíclica (Pelacani, 2023). Dialogamos com parte da obra de Maritza Montero, pesquisadora venezuelana, que aponta a importância de “fazer para transformar”, que desloca os territórios e as vivências de seus povos das normativas acadêmicas e culturais euro-cristãs colonizadoras, para permitir desabrochar saberes e práticas contemporâneos sobre suas especificidades políticas, participativas e emancipatórias. Tal ancoragem se mostra relevante para o presente estudo, tendo em vista o recorte temporal de 2019 a 2022, um período de retrocessos políticos, econômicos, ambientais

² Este artigo é parte da pesquisa de doutorado de Bárbara Pelacani, orientada por Ricardo Correia, que resultou na tese: *O querer das mulheres em marcha: uma abordagem psicossociológica das práticas comunitárias na luta pela vida, finalizado em 2023*. No âmbito do doutorado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social na Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

e sociais do Brasil³, que envolveu também o contexto pandêmico de saúde global⁴. Diante da importância da garantia dos direitos humanos básicos, Montero com sua vasta produção sobre psicologia comunitária nos inspira a pensar na participação comprometida e no compromisso participativo, como processo de tomada de consciência na busca por transformação.

A Psicossociologia com Comunidades e Ecologia Social, sustentada desde suas origens no Brasil e países da América Latina, como Colômbia, Argentina, Peru e Bolívia, na psicossociologia comunitária, desafia a dinâmica de poder na pesquisa e nas práticas cotidianas, se importando com as dimensões emocionais-afetivas e político-sociais no trabalho comunitário. Com destaque para temáticas relevantes, como a memória histórica enquanto recurso comunitário de cura, reconhecendo o poder histórico da atuação coletiva (Montero *et al.*, 2017). A autora propõe a construção coletiva do conhecimento para a tomada de consciência, com reflexões sobre o caráter ético e crítico da ciência, e posiciona a psicologia comunitária na América Latina enquanto uma prática política contra-hegemônica (Montero, 2014). Ao trazer o político para o debate, a autora faz uma crítica às relações de poder, que se estabelecem provocando condições estruturais de injustiça social.

Para Montero (1994), o saber da comunidade é apresentado através de suas necessidades, interesses, desejos e ideias próprias. Ainda, questiona-se a própria concepção de “comunidade”, uma vez que esta não é um objeto fixo ou um mero aglomerado de pessoas ou espaço de convivência, sob diversas perspectivas, assinaladas pela vulnerabilidade econômico-social, mas sim, um processo de construção de conhecimento sobre si em coletivo, que gera um senso de comunidade enquanto compartilhamento de saberes e fazeres em um dado tempo histórico e espaço social (Costa; Maciel, 2009). Para hooks (2021), comunidade é um lugar de pertencimento e cuidado, capaz de sustentar processos de cura e transformação frente às opressões estruturais. A autora afirma que ao experimentar vivências comunitárias, sabemos que não estamos sozinhos, e isso pode nos sustentar enquanto sujeito coletivo. Nesse contexto, emergem formas de resistência que podem inspirar processos transformadores para a própria comunidade e para além dela, como as estratégias que pesquisamos no fenômeno das marchas.

A expressão psicossociológica do caráter político da ação comunitária será para Montero (2003) a organização e desenvolvimento das comunidades através de tarefas que busquem capacitar e responsabilizar os sujeitos, em função das necessidades coletivas no tecido social cotidiano. Com base em Montero (2003), o trabalho comunitário psicossociológico se produziria, portanto, com mobilização e reflexão sobre política, gestão de recursos e ativação das necessidades para fortalecer as comunidades e buscar

3 De 2019 a 2022 o país foi governado pela extrema direita, com Jair Bolsonaro à frente da presidência que, segundo documentos das marchas, promoveu genocídio, etnocídio e ecocídio (CIMI, 2019; CONTAG, 2019).

4 Em tempos pandêmicos de COVID-19 se desenhou um cenário macropolítico de desestruturação social, desterritorialização, ampliação das desigualdades e o direito à vida sendo negociado diante da necessidade de aquecer a economia. Seus efeitos ainda são presentes, assim como os crimes contra a sociedade, e não devem ser esquecidos.

solucionar seus problemas. Nossa perspectiva de Psicossociologia com Comunidades e Ecologia Social entende a comunidade como espaço de resistência e produção de saberes coletivos, ampliando o conhecimento através do diálogo com as práticas que sustentam os movimentos de mulheres nos territórios.

Desenhando a pesquisa com mulheres: Análise de Conteúdo e Observação Participante

Trata-se de uma pesquisa qualitativa com observação participante e o emprego de procedimentos mistos para produção, coleta e análise de dados. Em tela, os procedimentos metodológicos empregados foram: observação participante (Valladares, 2007) na MM e MMI em agosto de 2019 e em rodas de conversa com Margaridas e mulheres indígenas em 2022; pesquisa e análise documental (Bardin, 2016) no âmbito das marchas MM e MMI de 2019;

I) observação participante na MM e na MMI em agosto de 2019: Participação como fotógrafa junto das mulheres do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Participamos das atividades formativas do MAB, assistimos as plenárias e caminhamos junto às mulheres em marcha desde o acampamento até o Congresso Federal pelas ruas de Brasília. A vivência foi relatada através de imagens e palavras que serviram de base para a compreensão das marchas e permitiram uma inserção inicial no campo. Desta forma as análises a seguir são um esforço de dar contorno para a categoria.

II) Pesquisa e análise documental: A busca por documentos se deu através do buscador do Google, e nas páginas da CONTAG e APIB, com as chaves: “Marcha das Margaridas 2019” e “Marcha das Mulheres Indígenas 2019”. Para a constituição do corpus foi realizada uma pré-análise com a leitura flutuante. Recorremos aos critérios de exaustividade, amostragem, homogeneidade e pertinência de Bardin (2016), para garantir a confiabilidade dos documentos. Para garantir a diversidade de vozes utilizamos como critério a inclusão de documentos com citações diretas das falas das mulheres de diferentes grupos étnico-raciais e movimentos sociais, através de entrevistas, em especial. Ao fim, obtivemos 44 documentos para análise, sendo 19 da MM e 25 da MMI. Em seguida, foi realizada a coleta de dados nos documentos, através instrumento específico, que possibilitou extrair estratégias enunciadas pelas mulheres, que foram reunidas em Unidades de Conteúdo (UC).

III) observação participante durante duas inserções realizadas em 2022, uma com as mulheres indígenas no Acampamento Terra Livre em Brasília e a outra na reunião de preparação da coordenação da MM em Brasília. As inserções foram realizadas através das rodas de conversas, com as mulheres indígenas foi feita uma roda com as mulheres lideranças da etnia Krahô organizada pela pesquisadora. Com as Margaridas, a pesquisadora participou das rodas de conversa organizadas pela coordenação da marcha, com participação de movimentos sociais, organizações e sindicalistas.

Uma metodologia cíclica. As imersões no campo são as vivências propostas pela gira, a gira são as vivências em marcha. A volta da pesquisa aos movimentos de criação das marchas, relembra a gira, começo-meio-começo, a pesquisa seguiu essa roda, um tempo que andou pra frente e encontrou o processo de organização das próximas marchas, circulando também a ideia de presença em contato com as mulheres, seguido de percurso acadêmico de leitura e encontro mais profundo com a fala das mulheres através dos documentos e depois novos encontros com as mulheres que organizam as marcha através dos últimos campos de pesquisas.

Estratégias das marchas

Ao analisar os documentos, identificamos as estratégias de organização e acionamento das marchas. As estratégias são as práticas e os fazeres das marchas, que nem sempre são descritas, mas aparecem nos atos, tanto nas marchas quanto nos processos prévios de organização. São características dos movimentos e podem desvelar formas de atuar que inspiram outros campos. Simone Diniz (2006), ao descrever as estratégias e respostas do movimento feminista à violência contra a mulher no Brasil (1980-2005) debate o que seria uma estratégia, elucidando o foco do presente trabalho. Ela chega à ideia da estratégia como uma arte. Pelo dicionário seria uma arte de aplicar meios disponíveis e buscar condições favoráveis para atingir objetivos específicos, e na definição militar essa arte estaria ligada a capacidade de dominar a matéria e colocar em prática uma ideia. A autora vê o movimento de mulheres elaborando estratégias originais que vão desde a ação direta à reivindicação de políticas públicas. As estratégias vão ser as respostas às pautas, demandas e conflitos, elas são forças que mobilizam, sustentadas pelo conjunto de desejos.

Assim, a partir da análise documental foram identificadas diversas temáticas recorrentes que, organizadas em Unidades de Conteúdo (UC), fornecem a base para a formulação da categoria gira. Essas UC's são compostas por trechos dos documentos que apresentam fala de lideranças – representando distintos corpos-territórios, tanto das mulheres indígenas, quanto das Margaridas, que se reuniram nesta análise. As falas são citadas a seguir para elucidar cada unidade, com as palavras ditas pelas lideranças recortadas dos documentos que estão presentes na tese de doutorado da primeira autora. As UC's expressam dimensões articuladas das ações políticas, dos saberes e dos modos de existir dessas mulheres em movimento através da MM e da MMI, que operam como ferramentas de resistência, construção coletiva e incidência política. As UC's são: Políticas públicas, direitos e Estado; Poder, Decisão e Participação; Confluência; Educação e Conhecimento; Corpos-territórios; Representatividade.

Na unidade “Políticas públicas, direitos e Estado”, emerge a dimensão das denúncias de violações e desmontes, onde se constroem ativamente formas de atuação e incidência no espaço público. A fala da liderança do povo indígena Tuxá ilustra a estratégia, apontando a marcha como visibilidade na construção de agenda política:

“Esse encontro é um importante espaço de luta. Lá nós vamos mostrar que as mulheres indígenas estão organizadas e trazem essas lutas da base, e é também um espaço de empoderamento e conquista de políticas públicas para nós e nossas comunidades” (Pelacani, 2023. p. 323)

Para a realização das marchas são realizadas análises de conjuntura do contexto sociopolítico e isso se reflete nos documentos e na forma de organização das mobilizações. As marchas, nesse sentido, são compreendidas como instrumento de visibilidade e força coletiva, onde a corporeidade em movimento anuncia não só pautas reivindicatórias, mas propostas concretas para a construção de uma agenda política alternativa. A Plataforma Política das Margaridas, por exemplo, é apresentada como síntese dessa elaboração coletiva, articulando demandas diversas, diagnósticos coletivos e proposições em diálogo com os desafios das mulheres e de seus territórios.

A Plataforma Política foi criada pela primeira vez na MM de 2019, a partir da percepção da não existência de diálogo com o governo federal de extrema direita, com isso as Margaridas mudaram a estratégia utilizada nas marchas anteriores de entregar um documento de negociação ao presidente do Brasil com as demandas da marcha. Desta forma, a análise crítica do momento político, social e econômico aparece como parte do repertório estratégico dos fazeres das organizações, sendo a Plataforma uma estratégia criada para dialogar com a sociedade e não com o governo (Moreira; Theodoro, 2023). Identificamos que a Plataforma é um documento referência para pensar a interseccionalidade de gênero, classe, raça e etnia, essencial para compreender como as mulheres desenham demandas de corpos-territórios com representatividade, uma estratégia que merece destaque por confrontar a lógica institucional tradicional.

A unidade “Poder, Decisão e Participação” revela a densidade política das práticas organizativas das marchas, que operam pela criação de espaços de deliberação, articulação e resistência. As mulheres mobilizadas constroem processos de solidariedade e auto-organização, para além da participação. São processos que não descentralizam a política institucional das organizações, mas elas ampliam o campo das atuações e decisões, além de tensionar os posicionamentos dos sujeitos, dos movimentos sociais e das instituições, trazendo, em especial, o debate de gênero para pensar as relações de poder internas e externas.

A criação de rodas de conversa com espaços de diálogo se mostra fundamental para a escuta, criação de confluências e o fortalecimento das alianças entre diferentes segmentos e diferentes territórios. A roda aparece no corpus documental, delineando a UC, onde a liderança da MM destaca sua importância: “Na roda, o segundo maior ponto de acordo entre as trabalhadoras é aconchegante: o sentimento de companheirismo entre as sindicalistas é o principal motivador para que não desistam da luta por direitos” (Pelacani, 2023. p.325). As mulheres se mobilizam no engajamento não apenas garantindo a materialização da marcha enquanto evento, mas também constroem uma rede viva de poder popular em movimento, onde a mobilização coletiva é parte do processo e não apenas um fim.

A unidade “Confluência” destaca os processos de integração, articulação e criação coletiva que atravessam as marchas como práticas políticas de encontros

plurais. As ações analisadas através do corpus revelam uma dinâmica de confluência de mulheres de diferentes territórios, raças, etnias, identidades, grupos sociais e práticas de luta. Na fala de liderança da MM essa ideia se expande:

Ampliação das parcerias e alianças é um ganho que não tem medida, o da força da união. O trabalho conjunto com as 16 entidades parceiras garantiu a grande representatividade da Marcha das Margaridas, percebida na admirável diversidade de mulheres que ocuparam as ruas de Brasília e voltaram para seus territórios e territórios convencidas de que podem contar umas com as outras nessa luta contra a ganância do neoliberalismo e a mentalidade atrasada e preconceituosa da elite brasileira que se beneficia da pobreza e desigualdade. “Também compreendemos que a ampliação das alianças deu mais peso político à Marcha das Margaridas”. (Pelacani, 2023. p.325)

A disponibilidade para dialogar sobre demandas e problemas, mesmo quando atravessados por tensões e diferenças, marcados por relações de poder estruturais, revela a maturidade política desses movimentos e sua capacidade de construir unidade sem anular a diversidade, tendo o conflito como forma de construção do diálogo. Assim, a confluência se afirma como princípio político central das marchas, um modo de fazer que articula vozes, territórios e saberes em torno de um projeto coletivo e plural de transformação social, onde destacamos um esforço para não invisibilizar sujeitos, suas demandas e suas lutas.

A unidade “Educação e Conhecimento” evidencia a centralidade da formação política e da produção coletiva de saberes nos processos organizativos das marchas. A participação nas marchas é entendida como processo formativo em si, em que o engajamento na mobilização atua como espaço de aprendizado contínuo, fortalecimento da consciência crítica e emancipação. As mulheres indígenas e as Margaridas apontam a participação em reuniões e eventos como ações estratégicas de formação e de transmissão dos saberes, que se configuram como práticas pedagógicas ao articular à vida concreta das mulheres aos desafios de seus territórios e do país, promovendo debates sobre temas estratégicos e contribuindo para a formação sindical e política.

O poder da educação e as narrativas das mulheres como prática de ensino aparece na fala da importante liderança indígena do Xingu Tuíre Kayapó “Eu defendo tudo o que a gente pisa. Eu nasci e sou da floresta, o território é o meu pertencimento. As nossas mulheres agora estão lendo e escrevendo. Que elas possam relatar tudo o que estamos passando dentro do nosso território.” (Pelacani, 2023. p.326). A educação que emerge desses espaços é marcada pela ancestralidade, pela oralidade e pela valorização das experiências vividas, conectando saberes populares, indígenas e quilombolas com os desafios contemporâneos. A ancestralidade se liga ao conhecimento pela ideia da passagem de informações entre gerações, de saberes estratégicos e do ensino sobre

ser liderança, que ocorre na prática, desde a infância, na participação em atos como as marchas.

A unidade “Corpos-territórios” aponta para estratégias de demarcação dos territórios e das diversas identidades e suas relações com os espaços, cultural, social, ambiental e politicamente construídos. Na demarcação de seus corpos-territórios, as mulheres indígenas trazem como estratégia o uso do cocar e das pinturas na pele, reconhecendo esses elementos como forma de reafirmação de suas existências enquanto indígenas, sabendo também que essa imagem foi construída pelo colonizador e não pode ser cristalizada e nem romantizada. As cores do território passam a integrar o corpo dos povos, tingindo a pele com frutos de seus biomas, como o jenipapo e o urucum, como forma de demarcar a identidade e de ter proteção. Sendo que a necessidade de demarcação dos territórios de diversas etnias é a principal bandeira de luta da MMI.

Nas Margaridas a relação corpo-território pode ser observada na relação do conhecimento das mulheres e do seu trabalho, que desenha sua identidade a partir dos seus territórios. Como o caso do movimento das quebradeiras de coco babaçu, mulheres que retiram sua luta e existência de um fruto nativo do seu território. E a defesa dos maretórios enquanto espaço de luta, reconhecendo suas relações com as águas e não apenas com a terra. Formas de vida que deixam de existir quando retiradas dos seus territórios, como nos conta Eliane Brum (2021) ao apresentar os povos-floresta, como os ribeirinhos e vazanteiros da Amazônia, que se tornam vida morta ao serem retirados de forma violenta das beiras dos rios para construção de empreendimentos e alocados nas cidades, evidenciando a força do corpo-território como sendo mais do que um conceito ou ideia.

No corpus documental identificamos a relação do corpo-território com a ancestralidade e o conhecimento na MM: “Mostramos às jovens que, de um fruto nativo como o babaçu, retiramos a nossa resistência e bem viver, reforçamos a nossa luta e incentivamos às mulheres a continuarem na luta pela soberania alimentar, o acesso livre aos territórios e a autodeterminação dos povos”. (Pelacani, 2023. p.328). E também na MI: “A gente sempre fez esse papel de protetora (...). Inclusive para os nossos guerreiros (...). Enquanto avançavam nessa luta, nós estávamos nas aldeias cuidando das nossas crianças, terra, alimentação, sementes, língua e do nosso sagrado que é de todos os povos” (Pelacani, 2023. p.328). Demonstrando assim como corpo e território são indissociáveis, e que possuem diversas camadas de compreensão.

A unidade “Representatividade” aparece como estratégia nas marchas com um princípio fundamental da ação política, articulando o reconhecimento da diversidade à afirmação de um projeto coletivo. Na importante fala da coordenadora da MM, Mazé Moraes, aparece a valorização da diversidade para uma atuação política: “Reconhecimento de feminismos plurais (preto e indígena) precisam ser considerados e ouvidos, a diversidade que compõe isso de ser mulher. Hoje as mulheres se unificam, (...) se juntam e incidem politicamente através dessa marcha para alcançar a conquista de direitos.” (Pelacani, 2023 p. 328). O que se confirma na fala da indígena Braulina Baniwa “Como há uma diversidade de povos, há uma diversidade de pautas e uma

das tarefas é encontrar a intersecção entre os pontos que mais dialoguem entre as mulheres” (Pelacani, 2023 p. 328). Sendo assim, no corpus documental encontramos a diversidade em ambas as marchas, onde as mulheres apontam caminhos possíveis para a representatividade, através do reconhecimento da interseccionalidade, compreendida não como fragmentação, mas como força política que amplia a legitimidade das pautas e das ações.

A diversidade é valorizada como condição para atuação política enraizada e plural, na qual diferentes sujeitos participam da construção de alternativas e propostas. Essa valorização se expressa na presença de distintos grupos e movimentos nos espaços de formulação política das marchas, reafirmando que a construção da justiça social passa necessariamente pela escuta, visibilidade e presença de quem historicamente foi silenciado, colocando as relações de poder em cena e atuando para que elas sejam equilibradas, para que assim tal representatividade alcance os espaços de poder e se mova gerando transformações.

Inserção no campo através das rodas de conversa: fazeres como estratégias de confluência das marchas de mulheres

As estratégias das marchas foram identificadas e levadas para reverberação de saberes⁵ nos campos de pesquisas. A reverberação pressupõe que os dados coletados voltam para o campo e reencontram os espaços e sujeitos, ganhando novos sentidos. Avaliamos como as UC's ressoaram nas narrativas das mulheres, se afirmaram ou remodelaram, traçando novos contornos que permitiram o entrelaçamento de conhecimentos que dão forma a categoria gira. O campo da MMI foi realizado no 18º Acampamento Terra Livre - ATL, evento nacional do movimento indígena que aconteceu entre os dias 04 e 14 de abril de 2022, em Brasília, e reuniu 8 mil representantes de 200 povos. Já o campo da MM foi realizado na reunião de preparação para a 7ª Marcha, que aconteceu entre os dias 09 e 11 de maio de 2023, com as representantes dos movimentos e organizações que compõem a Coordenação Ampliada da MM, na Sede da CONTAG em Brasília.

O ATL foi escolhido por sua relevância enquanto evento nacional dos povos indígenas, por ser um espaço onde foi planejada a primeira MMI e também porque houve uma conquista inédita para as mulheres que se concretizou no 18º ATL: a organização de um dia inteiro dedicado às mulheres, onde puderam posicionar suas pautas. O que impulsionou a ampliação da participação das mulheres nas posições

5 Adotamos o procedimento de reverberação de saberes, que carrega o significado de refletir, ecoar e amplificar, pois representa metaforicamente como informações permanecem e se prolongam no tempo e espaço, ressoando no campo coletivo da memória das participantes. Na reverberação, os dados documentais levantados nas UC's foram levados para campo para mediar a escuta em roda e entender se as informações dos documentos de 2019 ainda tem repercussão e influência nas experiências das mulheres em 2022.

de destaque, através de centenas de apresentações de lideranças de diversas aldeias e etnias, de suas vivências e conhecimentos (ATL, 2022).

A roda de conversa com as mulheres indígenas foi realizada no 18º ATL com as mulheres Krahô do Tocantins. Fizemos uma roda no acampamento à noite ao lado de uma fogueira, com mulheres de nove aldeias distintas. Explicamos a pesquisa e os objetivos, e pedimos para que elas nos contassem quem eram, como era a atuação enquanto liderança e quais eram suas pautas, seus fazeres e seus principais desafios. Como resultado encontramos falas de mulheres líderes que ocupam cargos em associações, conselhos e outros espaços de organização coletiva. Contaram sobre os desafios de criar instrumentos de gestão e formas de organização, angústias de quem está nos espaços de poder. Suas preocupações com seus territórios, com a comunidade, nos narraram os últimos nascimentos e lamentaram aqueles que estão doentes e os que morreram, marcaram a aflição com o alcoolismo dos homens e das mulheres e a angústia de defender o território. Trouxeram a preocupação em relação aos jovens que não se interessam mais pela cultura tradicional e pela participação política, afirmaram que eles não querem atuar para defender os interesses e a existência do seu povo. Mesmo com esses desafios, o número de mulheres indígenas jovens, tanto no 18º ATL quanto na nossa roda, era relevante. A mulher mais velha, convocava e incentivava as mais novas a participar na nossa roda, explicava a importância delas narrarem suas realidades e que só elas poderiam falar por suas aldeias, que uma não fala por todas. Com a convocação para participação e com a representatividade como forma de distribuição do poder e apresentação das demandas, elas demarcaram as pautas políticas ligadas aos desafios nacionais e a importância das políticas públicas e dos instrumentos de gestão.

Participando do ATL, ecoaram e se desenharam estratégias mais amplas, com destaque para o aprendizado que ocorre no movimento cíclico de ir e vir, onde as mulheres aprendem seus direitos e os levam de volta para a aldeia, uma estratégia de formação. Aldear a política apareceu no ATL como estratégia na participação na política partidária, como aposta na transformação da sociedade, diversas lideranças indígenas apresentaram suas candidaturas. A união com a política institucional apareceu também com a articulação com o então candidato à presidência, Luiz Inácio Lula da Silva, que se comprometeu com a luta dos povos indígenas, com a criação do Ministério dos Povos Indígenas e com a demarcação de seus territórios. As mobilizações nas ruas de Brasília durante o ATL nos lembraram as marchas de 2019 ao evidenciarem as pautas destrutivas do governo federal de Jair Bolsonaro de ataque aos direitos, com denúncia das situações de exploração, dominação e assassinatos que seguem em curso.

O campo da MM feito nas reuniões de preparação da marcha foi marcado pela realização de diversas rodas com as Margaridas, parte da sua metodologia de organização, onde participamos. Para reverberação dos saberes da análise de conteúdo foi realizada observação e participação nas rodas de conversa realizadas no âmbito da análise de conjuntura, uma das principais ações propostas pela organização da marcha. E, também, através da observação nas rodas de conversa realizadas para

avaliação e atualização do material político-pedagógico, que são os cadernos com os eixos de luta e a Plataforma Política, que foram revisados.

As rodas de conversas sempre começavam com música e dança, onde nós, mulheres, cantamos de mãos dadas ou reunidas em círculo. As bandeiras dos movimentos e instituições no centro da roda, arrumadas em mandala e reverenciadas por sua simbologia. A disponibilidade para escuta sempre presente, com mediadoras cuidadosas, atentas aos detalhes das falas e abertas para o diálogo. Processos de preparação longos, envolvendo muito estudo e dedicação, com mulheres de realidades diversas imersas e comprometidas, criando mais um passo da marcha planejada para ser realizada dois anos depois.

A análise de conjuntura coletiva se desvelou como uma proposta de articulação e posicionamento de pautas das mulheres que representam seus movimentos e territórios. Através delas, o contexto das lutas comunitárias é apresentado e passa a integrar o palco nacional. Foram analisados os últimos três anos, apontando o que se passa nos seus territórios, no Brasil e no contexto latino-americano. Com debate dos principais acontecimentos políticos, econômicos, ambientais e sociais. Divididas em pequenos grupos, as mulheres argumentaram seguindo um documento e perguntas de orientação, analisando questões e acrescentando as suas pautas. Nessa dinâmica, foram confeccionados cartazes sistematizando os dados de cada grupo, detalhando os conflitos vividos e os sujeitos envolvidos. Em um segundo momento foi feito um quadro com a junção das análises de conjuntura dos grupos, em busca de unidade de discurso e síntese das informações coletadas. O debate dos resultados em uma nova roda de conversas, com todas as mulheres, ampliou as compreensões individuais do contexto e permitiu ressoar as informações, identificando se alguma voz havia ficado de fora, abrindo para o diálogo, um processo participativo do começo ao fim.

Outra estratégia que merece destaque por seu caráter formativo foi a atualização dos cadernos de debates da MM, que são materiais criados de forma colaborativa com participação e representatividade comunitária. A cada marcha eles são reavaliados, reorganizados e atualizados. Tal material foi dividido entre os grupos, que se reuniram entre os eixos temáticos. Após o debate dos grupos eles levam para todos os grupos os resultados, apresentando suas sugestões e avaliações para o novo material, assim como foi descrito o processo de realização da análise de conjuntura que vai alimentar estes cadernos e a elaboração da Plataforma Política.

Nossa participação neste campo da MM contou com um momento de apresentação da pesquisa, mas a reverberação dos saberes foi analisada através das rodas do próprio movimento, onde identificamos a força das UC's e a confirmação de sua importância, que serão debatidas a seguir. A fim de ampliar a compreensão da categoria gira, voltamos no tempo, no primeiro campo realizado, a origem da pesquisa, nos mantendo alinhados à ideia começo-meio-começo, recomeçamos.

Finalizamos narrando a participação na confluência da MMI com a MM de 2019, vivência que inicia todo processo descrito neste trabalho. Fruto de uma imersão poética e política que colocou esta pesquisa na gira das mulheres.

Com a luz do sol, do calor de um dia em Brasília, mais de 100 mil mulheres desfilaram pelas ruas na capital do Brasil. Saíram agricultoras de todos os vales, planícies, rios, matas, veredas, manguezais, babaçuais, mangabeiras. Margaridas diversas. Séculos de luta me encontram em horas. Ali reconheci nossas conquistas: das mulheres da minha família, das mestras, das guerreiras espalhadas por esse mundo como sementes, esperando para germinar. Reconheci a história daquelas que a história não me contou; as frases que repetimos carregadas de conceitos trabalhados; os movimentos que representam o que não aceitamos mais.

Reunião de marchas, reunião de mulheres. No mesmo território de reivindicações e festa, marcham Margaridas e indígenas. Do encontro rosto a rosto, germina uma nova luta. Mulheres do campo e da cidade se encontraram com indígenas que têm em seus territórios suas almas. Encontro pintado a dedo, desenhando nas peles com urucum a integração das marchas. Se reconhecer mulher em meio a tantas. Se fortalecer mulher ao lado de muitas. Se reinventar na luta pela vida, pelo direito de ser. Denunciamos novos padrões de exploração. Renunciamos a velhas opressões. Negamos formatos que nos violentam. Juntas, cantamos a canção da vida. Aquela que brota dos nossos ventres e ecoa em nossos peitos.

Diálogos entre os dados e as vivências nos campos com as marchas

Após circular pelos resultados da pesquisa, apresentamos como os campos dialogam com a análise documental, mostrando assim as bases que contornam a categoria gira, sendo os vetores de força que a movimentam. A gira ao ter como referência a luta pelas políticas públicas, a manutenção dos direitos, a participação, a representatividade, a formação e a defesa dos corpos-territórios, evidencia suas práticas de resistência. Formas de disputa de poder, visando incidir nos processos decisórios através de práticas participativas, que reúnem estratégias de criação de espaços de diálogo, troca de saberes, auto-organização, mobilização política e convocação para a ação.

A confluência dos dados coletados relacionados às estratégias da MM com a MMI, elaborada na presente pesquisa, revela articulações possíveis entre movimentos sociais, aldeias, instituições, associações e territórios, expressas por meio de encontros, dentro de cada marcha, que não geram homogeneização, mas que promovem o diálogo integrando marcadores de gênero, classe, raça e etnia e consolidam a diversidade como força mobilizadora da gira. A abordagem do reconhecimento e da afirmação da diversidade é um princípio fundamental para uma atuação política vinculada à diversidade nas marchas. A representatividade é entendida não apenas como presença simbólica, mas como participação ativa. As marchas se revelam como referência para pensar a interseccionalidade contemporânea no movimento de mulheres no Brasil.

A representatividade, para as mulheres, aparece não como uma forma de ocupação de espaços em disputa, mas um modo de adensar presenças diversas que

se afirmam em seus próprios modos de ser, cantar, pintar, plantar, colher e estar no mundo. Há, nas marchas, ontologias de luta que se expressam nas lideranças que amplificam as vozes de suas comunidades e de suas aldeias, e também dos rios, das árvores, do tempo circular da existência, do cuidado das mulheres com o território e com a vida. Seus corpos-territórios expressam práticas de resistência ao denunciar os impactos sofridos em suas comunidades pelas forças do capital, formando o alicerce empírico e simbólico da categoria gira como proposição poético-política fundamentada na experiência coletiva compartilhada pelas mulheres em marcha.

A grandeza das marchas e dos processos de organização está no reconhecimento de que sujeitos que vivem as mesmas lutas, apesar de diferentes contextos territoriais, experienciam formas similares de opressão em seus corpos, que são atravessadas por marcadores interseccionais e conectam corpos-territórios. Uma prática comunitária que envolve a confluência de diversos territórios é a compreensão de que as mulheres lutam juntas, mesmo cada uma em seu contexto. No cotidiano, nem sempre as mulheres estão em contato com lideranças engajadas e os rebatimentos de ideias entre pares não está em todas as comunidades e grupos sociais. A força de estar em um movimento circular com mulheres que compreendem a amplitude das lutas é relevante para os fazeres das marchas, como podemos observar nas figuras 1, 2 e 3 a seguir, com imagens que representam a gira, em diferentes momentos, movimentos e práticas.

Figura 1 - Marcha das Margaridas e Marcha das Mulheres Indígenas em Brasília em 2019.



Fonte: Autora.

Vivenciamos em campo as estratégias formativas de rodas de ensino-aprendizagem, de trocas, cantos e convivência entre as mulheres (Figuras 2 e 3), que conformam modos participativos de apreender e enfrentar a realidade assimétrica e desfavorável que se impõe. O processo de formação das mulheres enquanto sujeito

histórico que atua nas comunidades é exatamente essa busca por formas de situar as pessoas no cenário em que vivem e apontar possibilidades de transformação, através da inserção crítica no contexto sócio-político para seguir na luta contínua contra as injustiças (Gohn, 2009).

Figura 2 - Atividade das mulheres do Movimento dos Atingidos por Barragens na Marcha das Margaridas de 2019.



Fonte: Autora.

As estratégias ligadas aos processos de formação, aparecem nas reuniões onde são feitos debates, leituras e circula vasto conhecimento. O que se tornou evidente nos campos de estudos é que as mulheres estão sempre estudando, em diálogo umas com as outras, com muita análise e síntese, além da interpretação dos conflitos, elaborando a avaliação dos impactos nas comunidades. As mulheres se juntam formando círculos, que possibilitam partilhas e encontros, onde ecoam suas vozes (Figura 3). Os processos cíclicos e plurais da gira ressoaram os dados dos documentos nos encontros no campo, confirmando e ampliando a compreensão de suas atuações como forma de enfrentamento ao contexto adverso do governo de extrema direita.

Figura 3 - Mulheres Mëbengôkre Kayapó cantando no Acampamento Terra Livre em 2022.



Fonte: Autora.

Observamos práticas próximas e/ou confluentes à Psicossociologia com Comunidades e Ecologia Social desde uma perspectiva feminista, latino-americana e interseccional, quando as estratégias são construídas desde uma forma participativa, crítica, transformadora e comunitária. Trata-se de reconhecer que os sujeitos históricos, políticos e coletivos não apenas resistem, mas constroem metodologias de formação, elaboração política, articulação socioterritorial, fortalecimento comunitário e produção de sentidos que podem ser experienciados em marcha.

Sendo assim, constatamos que movimento provocado pela MM e pela MMI, caminha entre reivindicações e encantamentos a fim de denunciar as violações, se juntando à prática histórica de luta dos movimentos de mulheres pelo direito coletivo no Brasil. Ficam nítidas nas marchas respostas concretas às violências cotidianas que se materializam nos seus fazeres coletivos. Com práxis comunitárias, pautadas pela representatividade das mulheres, que reconhecem as origens dos corpos-territórios, expressos em suas metodologias, epistemologias e ontologias plurais que transbordam insurgências políticas.

Desta forma, a partir da realização das etapas da análise do conteúdo do corpus documental, garimpada como etapa da pesquisa, e da experiência junto aos encontros da MM e da MMI, emergiu a categoria gira. Que reverberou nos campos de pesquisa, com participação em diversas as rodas, com indígenas e margaridas, ressoando a forma coletiva de busca pela resolução dos conflitos vivenciados em diferentes escalas. Reconhecemos esta categoria como estratégica por dizer sobre as mobilizações e articulações das mulheres em marcha; por promover a formação de conhecimento e a transformação das mulheres envolvidas; por representar reflexos bem definidos dos processos psicossociológicos e socialmente ecológicos das mulheres em marcha enquanto representantes de suas comunidades; por sua força metodológica, epistemológica, ontológica, política e poética; por sua potência em ecoar denúncias de conflitos e anúncios de esperanças.

A gira é movimento e deslocamento, é saber que se desenha em círculo, que gira entre o território e o palco do poder, entre o fazer ancestral e a política institucional. Não se trata de pensar as marchas como movimentos fechados em si mesmos em um tempo-espaço delimitado, mas como fontes inspiração para a Psicossociologia com Comunidades e a Ecologia Social, onde se formam e se transformam sujeitos e coletividades na luta pela vida.

Referências bibliográficas

AGUIAR, Vilênia Venâncio P. *Somos Todas Margaridas: Um estudo sobre o processo de constituição das mulheres do campo e da floresta como sujeito político*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP. 2015.

AMAZÔNIA REAL. *Mulheres Indígenas reunidas em Brasília celebram marco histórico*, 2019. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/mulheres-indigenas-reunidas-em-brasilia-celebram-marco-historico>. Acesso em: 10 maio 2021.

ATL. *Revista Acampamento Terra Livre*. 2022. Disponível em: <https://apiboficial.org/atl2022/>. Acesso em: 5 jan. 2023.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: edições 70, 2016. 225p.

BRUM, Eliane. *Banzeiro òkòtó: uma viagem à Amazônia Centro do Mundo*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

CIMI. Conselho Indigenista Missionário. *Documento final da Marcha das Mulheres Indígenas*, 2019. Disponível em: <https://cimi.org.br/2019/08/marcha-mulheres-indigenas-documento-final-lutar-pelos-nossos-territorios-lutar-pelo-nosso-direito-vida/>. Acesso em: 29 set. de 2022.

CIMI. Conselho Indigenista Missionário. *Mulheres em luta: as principais pautas da 1ª Marcha das Mulheres Indígenas*. 2019. Disponível em: <https://cimi.org.br/2019/08/mulheres-em-luta-as-principais-pautas-da-1a-marcha-das-mulheres-indigenas/>. Acesso em: 31 jul. 2025.

CONTAG. Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. *Programação da Marcha das Margaridas*. 2023. Disponível em: <https://ww2.contag.org.br/documentos/pdf/17949-8423987-arquivo-programac%CC%A7a%CC%83o-marcha-web.pdf>. Acesso em: 20 set. 2023.

CONTAG. Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. *Revista da Marcha das Margaridas*. 2019. Disponível em: https://ww2.contag.org.br/documentos/pdf/ctg_file_1482403031_28112019110949.pdf Acesso em: 23 maio 2023.

COSTA, Samira Lima da.; MACIEL. Tânia Maria de Freitas Barros. Os sentidos da comunidade: a memória de bairro e suas construções intergeracionais em estudos de comunidade. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*. v.61, n.1. 2008.

COLLINS, Patricia Hill. *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment*. 2. ed. New York: Routledge, 2000.

CPT, Comissão Pastoral da Terra. *Conflitos no Campo Brasil 2019: 34ª edição do relatório anual da CPT*. 2019. Disponível em: <https://cptnacional.org.br/wp-content/uploads/2025/03/conflitos-no-campo-brasil-2019-web.pdf> Acesso em: 12 out. 2023.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DINIZ, Simone G. Violência contra a mulher: estratégias e respostas do movimento feminista no Brasil (1980-2005). In: DINIZ, Simone G.; SILVEIRA, Lenira P.; LIZ, Mirim A. (orgs.). *Vinte e cinco anos de respostas brasileiras em violência contra a mulher (1980-2005). Alcances e Limites*. São Paulo: Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde, 2006. p. 15-44.

FEDERICI, Silvia. *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e lutas feministas*. São Paulo: Elefante, 2019.

GOHN, Maria da Gloria. Paulo Freire e a formação de sujeitos sociopolíticos. *Cadernos de pesquisa: Pensamento Educacional*, v. 4, n. 8, p. 22, 2009. Disponível em: https://app.utp.br/cadernosdepesquisa/pdfs/cad_pesq8/2_paulo_freire_cp8.pdf. Acesso em: 20 jun. 2023.

GOHN, M. G. Mulheres Atrizes dos movimentos sociais: relações político-culturais e debate teórico no processo democrático. *Política e Sociedade*, São Paulo, n. 11. p. 45-78. 2007.

HADDOCK-LOBO, Rafael. Correndo Gira. *HH Magazine: Humanidades em Rede*. 2020. Disponível em: <https://hhmagazine.com.br/correndo-gira/>. Acesso em: 18 jul 2023.

HOOKS, bell. *Ensinando comunidade: uma pedagogia da esperança*. Tradução de Kenia Cardoso. São Paulo: Elefante, 2021.

ISA, Instituto Socioambiental. *Elas podem curar o mundo*. 2019. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/elas-podem-curar-o-mundo> Acesso em: 10 maio 2021.

JUNIOR, José Veranildo Lopes da Costa. Saberes decoloniais latino-americanos construídos na universidade pública brasileira: uma conversa com Lívia Baptista. *Revista Letras Raras*. Campina Grande, v. 11, n. 4, p. 160-187. 2022.

MARCHA DAS MARGARIDAS. *Plataforma Política da Marcha das Margaridas*. 2019. Disponível em: https://ww2.contag.org.br/documentos/pdf/ctg_file_1482403031_28112019110949.pdf. Acesso em: 10 out. 2021.

MONTERO, Maritza. Algunas premisas para el desarrollo de métodos analécticos en el trabajo psicosocial comunitario. In: FLORES, J. (ed.). *Repensar La psicología y lo comunitário en América Latina*. Tijuana, México: Universidad de Tijuana. 2014.

MONTERO, M. *Teoría y práctica de La psicología comunitaria. La tensión entre comunidad y sociedad*. Buenos Aires: Paidós. 2003.

MONTERO, M. Vidas paralelas: Psicología Comunitaria em Latinoamérica y em los Estados Unidos. In: MONTERO, Maritza (Coord.). *Psicología Social Comunitaria: teoría, método y experiencia*. Guadalajara: Editorial de La Universidad de Guadalajara. 1994. p. 19-45.

MONTERO, M., SONN, C., BURTON, M. Community Psychology and Liberation Psychology: A Creative Synergy for an Ethical and Transformative Praxis. In: BOND, M. A.; SERRANO-GARCIA, I.; KEYS, C. B. (eds.). *APA Handbook of Community Psychology: Vol. 1. Theoretical Foundations, Core Concepts, and Emerging Challenges*. Washington, DC: American Psychological Association. 2017.

MOREIRA, Sarah; THEODORO, Suzi Huff. A luta das mulheres trabalhadoras rurais da CONTAG: a Marcha das Margaridas em diálogo com o(s) feminismo(s). *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 31, n. 2, 2023. Disponível em: https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/esa31-2_st10. Acesso em: 31 jul. 2025.

PELACANI, Bárbara. *Os quereres e fazeres das mulheres em marcha: A Psicossociologia com comunidades na luta pela terra e pela vida*. 2023. Tese (Doutorado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) - Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023. 460 f. Disponível em: http://pos.eicos.psicologia.ufrj.br/wp-content/uploads/Tese_BarbaraPelacani_Eicos_2023-1.pdf. Acesso em: 20 out 2025.

PELACANI, Bárbara; CORREIA, Ricardo. O querer das mulheres em marcha: uma mirada desde a psicossociologia com comunidades e ecologia social. *Anais V Desfazendo Gênero...* Campina Grande: Realize Editora, 2021. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/79238>. Acesso em: 27 set. 2022.

RUFINO, Luiz. *Pedagogia das encruzilhadas*. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2019.

RUFINO, L. *Vence Demanda: educação e descolonização*. Rio de Janeiro: Mórula, 2021.

SANTOS, Antônio Bispo dos. *Colonização, Quilombos: modos e significados*. Brasília: INCTI/UnB, 2015.

SIMAS, Luiz Antônio. Pelintras e Padilhas: a dança dos corpos encantados. In: OLIVEIRA, Antonio Leal de; RIBEIRO, Marcia; DEL REY, Laura (Org). *Festival Cajubi: ruptura e reencanto*. Edição on-line. São Paulo: 2021. Disponível em: <https://www.festivalcajubi.com.br/livro> Acesso em: 21 jul. 2023.

SIMAS, Luiz Antônio; RUFINO, Luiz. *Encantamento: Sobre Política de Vida*. Rio de Janeiro: Mórula Editorial. 2020.

SIMAS, Luiz Antonio. *O corpo encantado das ruas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

SIMPSON, Leanne Betasamosake. *As We Have Always Done: Indigenous Freedom through Radical Resistance*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2017.

SOUSA, Cecília Bizerra. *Nas ruas e para além delas: um olhar comunicacional sobre a 1ª Marcha das Mulheres Negras e a 1ª Marcha das Mulheres Indígenas*. 2024. 218 f. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/76798>. Acesso em: 31 jul. 2025.

SVAMPA, Maristella Noemi. *Feminismos del Sur y ecofeminismos*. Fundación Foro Nueva Sociedad. Nueva Sociedad. 256; p. 127-131. 2015.

VALLADARES, Licia. Os dez mandamentos da observação participante. *Revista brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v.22, n.63, p.153-155, 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=So102-69092007000100012&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 12 fev. 2022.

Recebido em 27/08/2025.

Aceito em 01/11/2025.